

Herança e memória do Colonialismo

Heritage and memory of Colonialism

José Marques Guimarães¹

Resumo: Quarenta anos depois do derrube da ditadura de Salazar e Caetano e da conquista da independência pelas colónias, continua-se a envolver a história das práticas coloniais portuguesas numa panóplia de memórias legitimadoras que a deturpam e impedem o seu conhecimento, o mesmo acontecendo com a história da luta contra o colonialismo, a começar pela identificação e caracterização dos seus protagonistas portugueses e africanos.

A correção desta situação depende da descolonização das consciências, ainda dominadas pelo legado colonial que sobrevive nas representações sociais e na linguagem quotidiana dos portugueses, dos africanos e dos afrodescendentes.

Palavras-chave: História; memória; herança; colonialismo; lutas de libertação nacional

Abstract: Forty years after the overthrow of the dictatorship of Salazar and Caetano and the achievement of independence by the colonies, the history of Portuguese colonial practices continues to be engaged by a range of legitimating memories that distort and prevent their knowledge, as does the history of the fight against colonialism, beginning with the identification and characterization of the Portuguese and African actors. The correction of this situation depends on the decolonization of consciences still dominated by the colonial legacy that survives in the social representations and everyday language of Portuguese, African and African descents.

Keywords: History; memory; heritage; colonialism; national liberation struggles

Introdução

Quarenta anos depois do derrube da ditadura de Salazar e Caetano e da conquista da independência pelas colónias², após mais de uma década de guerras de libertação nacional, continua-se a assistir à utilização quotidiana de uma linguagem reveladora da sobrevivência da colonização das consciências de muitos portugueses dos mais diversos níveis socioculturais e quadrantes políticos e ideológicos, desde o simples cidadão de cultura rudimentar até ao intelectual de formação superior, passando pelos meios de comunicação social determinantes na construção da opinião pública³. Realidade que não pode ser dissociada do facto de, mesmo em meios académicos, continuar-se, frequentemente, a omitir e a deturpar a história do colonialismo português e da luta para lhe pôr termo, ao mesmo tempo que se dificulta o acesso ao seu conhecimento⁴, numa atitude legitimadora com que se pretende apresentá-lo como “menos violento” que os seus congéneres estrangeiros, dada a suposta “vocaçãõ miscigenadora” dos portugueses, inventada por Gilberto Freyre⁵, em que se estribaria a sua alegada “missão civilizadora” dos povos colonizados, proclamada pelo Ato Colonial de 1930⁶.

Postura que leva investigadores como Rui Ramos – coordenador e coautor de uma *História de Portugal* recentemente publicada e elogiada por diversos historiadores – a desvalorizar, por completo, a dimensão da tragédia que representou a guerra nas colónias portuguesas de África, entre 1961 e 1974, para os que a protagonizaram e/ou dela sofreram as consequências, ao caracterizá-la como “obscura e pouco mortífera”, relativizando as suas perdas humanas e materiais através da sua comparação redutoramente quantitativa com a guerra do Vietname, dada a desproporção política, económica e militar dos conflitos bélicos em questão e das potências neles envolvidas, Portugal e Estados Unidos. O que faz com que esqueça os milhares de mortos e feridos entre as populações africanas (incluindo os combatentes dos movimentos de libertação) flageladas pela violência da opressão colonial e das operações militares, assim como os milhares de mortos, deficientes e vítimas de *stress* de guerra militares e civis portugueses⁷.

Desvalorização com que, por outro lado, Rui Ramos procura reduzir o impacto real da luta de emancipação dos colonizados, ao considerar a extinção legal das culturas obrigatórias, do estatuto do indigenato e do trabalho forçado, em 1961, como medidas prestigiantes e credibilizadoras do regime salazarista, permitindo-lhe, com base no aumento do número de assimilados e de “representantes do Ultramar” na Assembleia Nacional, definir Portugal como uma nação intercontinental e multirracal, assente na vocação miscigenadora dos portugueses inventada por Gilberto Freyre, acabando por esquecer a verdadeira causa destas reformas tardias: a deflagração da guerra de libertação nacional em Angola em fevereiro-março de 1961⁸.

2 Sobre a caracterização das situações coloniais, onde uma minoria estrangeira, em nome da sua alegada superioridade racial (ou étnica) e cultural dogmaticamente afirmada, impõe o seu domínio a uma maioria autóctone, técnica e economicamente mais débil, em proveito dos dominadores ver BALANDIER, 1951: 44-79.

3 Desde logo a “ressuscitação” da expressão “guerra do ultramar” e a banalização da expressão “guerra colonial” na comunicação social, nos meios militares e também nos meios académicos, ambas presentes em títulos de trabalhos e omitindo o essencial: foram os povos colonizados a tomar a iniciativa de desencadear a guerra pela independência dos seus países contra Portugal (PÉLISSIER, 1978: 301-664; GOMES; AFONSO, 2009: I, 9-10; PACHECO, 2014: 97-196; GUIMARÃES, 2006a: 30; GUIMARÃES, 2012: I, 541).

4 Apesar de incluído nas matérias dos diversos graus de ensino (básico e secundário), o estudo do colonialismo depende, em larga medida, da formação, da orientação e, não menos importante, da sensibilidade dos professores e da sua interação com os alunos, correndo o risco de ser negligenciado devido ao escasso tempo letivo disponível para a concretização dos programas (MENDES; SILVEIRA; BRUM, 2002).

5 FREYRE, 1940: 43-44; CASTELO, 1998: 87-97.

6 Ato Colonial aprovado pelo decreto n.º 18 570 de 8 de julho de 1930; MATEUS, 1999: 19-22; GUIMARÃES, 2012: I, 20.

7 RAMOS; SOUSA; MONTEIRO, 2012: 679-685, 718-720; PIMENTEL, 2011.

8 RAMOS; SOUSA; MONTEIRO, 2012: 658-661, 681.

Tais exemplos ilustram a invasão do que deveria ser objeto exclusivo da ciência histórica por uma memória cativa da apologia do passado colonial, com evidente prejuízo do seu conhecimento científico, que a história constrói tomando em consideração todos os aspetos da realidade, mesmo aqueles que não parecem facilmente memoráveis, como recorda Philippe Joutard a propósito dos conflitos entre história e memórias⁹.

A contribuição para a construção científica da história do colonialismo português e da luta dos colonizados para lhe pôr termo, expurgada de toda e qualquer invasão estranha a este objetivo, orientou os nossos esforços, desde logo na reflexão sobre um dos seus pressupostos fundamentais: a necessidade da descolonização das consciências, que abordaremos de imediato.

A necessidade da descolonização das consciências

A sobrevivência do espírito colonial em Portugal (de que assinalámos algumas das suas manifestações), muito para além da conquista da independência pelas antigas colónias, evidencia bem a necessidade de identificar as suas raízes de forma a possibilitar a sua extinção, que é condição da construção científica da história do colonialismo português. Como, por sua vez, a devolução da história aos ex-colonizados, que esta edificação permite¹⁰, é condição da superação das sequelas humanas que ainda hoje impedem a harmonização das relações entre os portugueses e os povos cujos países estiveram sob o domínio de Portugal.

Consciente desta sobrevivência do espírito colonial e das suas consequências, na introdução à sua coletânea de estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa, publicada em 1980, Alfredo Margarido escreveria:

Estes textos mostram, entre o mais, que um grupo reduzido de portugueses podia, associando-se apertadamente aos africanos, compreender a função nova dessas literaturas. Mesmo não encontrando eco não só no mundo literário, como não o encontravam entre o público leitor.

O espírito colonial, largamente generalizado em Portugal, só podia impedir esse reconhecimento. Também a ausência de laços diretos entre as literaturas dos países africanos de língua portuguesa e a massa do povo português, é significativa. O espírito colonial impedia que se reconhecesse o peso negativo do facto colonial. Pode parecer hoje que a “descolonização” simplificou as operações que podemos, todos, reconhecer a validade destas literaturas. Creio que convém ser mais modesto¹¹.

E precisaria o alcance da sua afirmação sobre a sobrevivência do espírito colonial, como impedimento do reconhecimento do peso negativo do facto colonial, nos seguintes termos:

A própria existência da “descolonização” prova que ainda não conseguimos libertar-nos da ganga colonialista. É certo que este conceito, e esta prática, foram largamente reconhecidos e toda a gente fala hoje de descolonização, seja para aprovar, seja para condenar. E há dirigentes políticos que não hesitam em dizer-nos ter sido os agentes preferenciais dessa “descolonização”. Não nos deixemos arrastar pelo peso grandiloquente do conceito. Vejamos antes a prática neocolonial que ele cria e encobre.

9 LE GOFF, 1988: 105-177, 194-200; JOUTARD, 2013: 253-254.

10 MEMMI, 1974: 133-137, 144-147; LIAUZU, 2005: 28.

11 MARGARIDO, 1980a: 7.

A “descolonização” quer simplesmente dizer que foram os portugueses, os colonizadores, que libertaram os dominados, *descolonizando-os*. É assim que deve ser entendida, deste ponto de vista, a ação dos militares do MFA, e mais particularmente do Major Melo Antunes, assim como a de alguns homens políticos. Vistas assim as coisas, os portugueses aparecem como os únicos atores do processo político: colonizadores graças às malhas que o Império tece, mas também descolonizadores quando se trata de destecer as mesmas malhas. Repare-se, porém, que a prática é inteiramente diferente: graças à descolonização, os portugueses, e mais particularmente, os militares, recusam reconhecer que a independência das colónias é o resultado de um combate de séculos, agravado a partir de 1961, graças à multiplicação da guerra de guerrilhas. A verdade é mais simples: não houve descolonização mas vitória dos africanos, que impuseram ao exército português a obrigação de resolver o nó górdio da guerra que não podia ser ganha, porque estava já perdida. Ou ainda, por outras palavras: não foram os portugueses que descolonizaram, foram os africanos que ganharam a guerra de libertação. Se insisto neste aspeto das coisas é por ser o mais recente elemento do processo de colonização portuguesa. Não podendo manter o domínio sobre os africanos, pretende-se manter o processo graças à colonização da independência. Convém ser extremamente claro, porque a persistência das querelas a respeito da maneira como foi “concedida” a independência às antigas colónias, mostra que a “descolonização” está longe de se ter generalizado no corpo político português. Prova complementar, se houvesse necessidade dela, da ausência de qualquer processo de “descolonização”¹².

Em suma, no entender de Alfredo Margarido, a reivindicação abusiva do protagonismo na emancipação dos povos colonizados por parte dos colonizadores portugueses, através da chamada “descolonização”, exclui por completo os verdadeiros protagonistas da luta pela independência, os povos colonizados, que, na realidade, ganharam a guerra de libertação nacional, derrotando o exército colonial português e expulsando os colonos dos territórios dos seus países. Derrota da dominação colonial que levaria os portugueses a tentar salvaguardar a sua hegemonia em termos de memória, através da colonização da independência, invocando a suposta protagonização lusa da inexistente “descolonização”¹³. Ou seja, preservando e difundindo o espírito colonial que serve de base à colonização da consciência dos portugueses.

O que, alicerçado num racismo difuso mas constante do mundo português, levaria Alfredo Margarido a concluir, com base na sua própria experiência de vida em São Tomé e Príncipe e em Angola, que os explorados e oprimidos portugueses, operários ou camponeses (que apelidaria de “colonizados do interior”), se as circunstâncias os levassem a assumir o papel de colonos, podiam também transformar-se facilmente em dominadores dos povos colonizados, com maior ferocidade e violência do que os aristocratas e os burgueses, uma vez que, ao contrário destes, precisavam de inventar o seu próprio estatuto, tudo fazendo para o conquistar¹⁴. Possibilidade que viria a refletir-se mesmo entre aqueles que reivindicavam o papel de dirigentes da luta política pela defesa dos interesses da classe trabalhadora, como aconteceria com o Partido Comunista Português, cuja direção, depois de ver recusada a inscrição no programa do partido submetido ao I Congresso, em 1923, da sua proposta de venda de algumas colónias, não hesitaria em escrever num artigo sobre a questão negra, publicado em 21 de junho de 1924 no seu órgão, *O Comunista*:

12 MARGARIDO, 1980a: 7-8.

13 Significativamente, o termo “descolonização” integra os títulos de obras de investigadores críticos do regime salazarista, como José Medeiros Ferreira, Franz Wilhelm Heimer, Kenneth, Maxwell e Mário António Fernandes de Oliveira, constantes da bibliografia deste trabalho.

14 MARGARIDO, 1980a: 11.

A 8ª condição da Internacional Comunista fala-nos na proteção a movimentos separatistas nas colónias. É claro que nas nossas colónias africanas (...) um movimento separatista, dada a incultura das massas negras, só aproveitaria às burguesias de várias cores que atualmente exploram os nossos territórios coloniais. Não devemos, portanto, falar, por enquanto, em movimentos separatistas nacionais. Devemos, sim, submeter à nossa influência o proletariado europeu trabalhando nas colónias, fazer-lhe nascer um sentimento de fraternal amor por essa pretalhada ignara, que ele tantas vezes ajuda a explorar por conta do patrão comum¹⁵.

Opondo-se ao direito incondicional dos povos colonizados por Portugal à independência, o PCP defendia a sua implantação apenas entre os trabalhadores brancos, exortando-os a atrair, paternalisticamente, a simpatia dos colonizados africanos (apelidando-os, de forma racista, de “pretalhada ignara”) que ajudavam a explorar pelo patrão comum¹⁶.

Omnipresença do espírito colonial que, além dos que se arvoravam representantes políticos dos interesses dos trabalhadores, não poupava, sequer, os intelectuais críticos ou abertamente opositores da ditadura implantada com o golpe de estado de 28 de maio de 1926, na sua maioria incapazes de denunciar a opressão colonial portuguesa¹⁷, apesar da consagração da luta pela emancipação das colónias pela Internacional Comunista desde 1920¹⁸, dificuldade que Alfredo Margarido atribuiria à ausência de uma teoria sobre o colonialismo português:

Se a direita escreveu sempre sobre a África, desaguadouro de muitos aristocratas e de muitos burgueses arruinados, como já sabemos desde A Ilustre Casa de Ramires, a esquerda nem sempre foi capaz de compreender a estrutura do facto colonial. Incapaz, por isso mesmo, de pôr a nu as várias formas da dominação. Basta pensar num certo número de escritores neorrealistas que, tendo trabalhado e vivido em África, não puderam descrever, menos ainda denunciar, a brutalidade da colonização. Encontramos entre eles alguns escritores importantes: Afonso Ribeiro, o primeiro neorrealista português, Alves Redol, Soeiro Pereira Gomes, Sidónio Muralha, Alexandre Cabral e outros. Qual a razão desta impossibilidade? Não pretendo responder, mas compreende-se que esta dificuldade se deve a uma ausência de teoria sobre o colonialismo português. Desarmados, os escritores da denúncia são incapazes de denunciar. A situação seria paradoxal se não pusesse em evidência o peso definitivo do colonialismo¹⁹.

15 MARGARIDO, 1975: 91. PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, 1924, 21: 1.

16 GUIMARÃES, 2012: I, 531-532.

17 Com exceção de Ferreira de Castro, que denunciou o racismo e a opressão colonial portuguesa e de outras potências colonizadoras, não apenas no seu romance, *Sangue negro*, de 1923, mas sobretudo na sua coluna Ecos da Semana, a Arte, a Vida e a Sociedade, no *Suplemento Literário Ilustrado* semanal do jornal anarcossindicalista *A Batalha*, nomeadamente nos seus números 68, 94 e 99 de 16.3.1925, de 14.9.1925 e de 19.10.1925, respetivamente (CASTRO, 1923; CASTRO, 2004: 32-33, 65-67, 77).

18 Contrastando com esta incapacidade, em 1920, no II Congresso Mundial da Internacional Comunista (em que o PCP viria a filiar-se), para além da 8.ª condição de admissão dos partidos na Internacional, seriam aprovadas as Teses sobre a questão nacional e colonial, propostas por Lenine, estatuinto a obrigação dos partidos comunistas defenderem sem reservas o direito das nações colonizadas à independência e lutarem pela sua concretização (INTERNATIONALE COMMUNISTE, 1969 [1934]: 40, 57-60).

19 MARGARIDO, 1980a: 28.

Peso do colonialismo, cuja dimensão e explicação, Alfredo Margarido procuraria precisar a propósito da falsa consciência que, do seu ponto de vista, teria contribuído de, forma decisiva, para o apoio de amplos sectores da população portuguesa de todas as origens sociais à opressão colonial exercida sobre diversos povos, o que o levaria a concluir que ela só poderia desaparecer através da eliminação impiedosa das ideologias “salazaristas”:

Se continuarmos a inquirir sobre a presença da falsa consciência no nosso contexto social, podemos encontrar assaz facilmente um certo número de situações e de exemplos. Assim a expressão que se tornou consagrada: Portugal não é um país pequeno, não é apenas uma frase delirante, mas antes a tradução visual de um conceito político. Esta frase explicita um mapa onde as colónias portuguesas são projetadas sobre um mapa europeu, mostrando a “realidade” do espaço territorial português. Operação duplamente ambígua, visto não considerar a existência dos outros impérios coloniais (francês, inglês, belga, holandês), mas essencialmente porque europeiza territórios africanos. Complexados pela superfície e pelo peso demográfico português, os dirigentes salazaristas, e o conjunto nacional, sentem-se envergonhados. A única maneira de superar a dificuldade consiste então em “converter” os territórios coloniais em superfícies “europeias”, para melhor ilustração da nossa força. Semelhante “verdade” foi largamente ingerida e integrada por muito boa gente, e só uma eliminação impiedosa das ideologias “salazaristas” poderá fazer desaparecer tais conceitos e os seus fantasmas. Porque, convém sempre afirmá-lo e repeti-lo, esta expressão não podia funcionar sem a colaboração constante e efetiva da população. Só esta colaboração permitia, como permitiu, que fossem criadas as condições mínimas indispensáveis à sua integração no corpo das ideias nacionais. Não é difícil verificar que tal aconteceu realmente, pois a população portuguesa aceitou colaborar no discurso e na prática coloniais, situação que a guerra veio singularmente agravar. As manifestações organizadas pela Sociedade de Geografia, traduzindo-se nas famosas “semanas das colónias”, puseram ao alcance de todos os ouvidos a certeza do domínio português, concomitante da ausência de qualidades do africano colonizado. A guerra colonial multiplicou estas operações, generalizou a expressão “turras”, procurou desacreditar os objetivos e as forças dos guerrilheiros, e legitimar a dominação portuguesa fossem quais fossem os meios utilizados. O que corresponde, como é evidente, à negação do Outro, quer dizer, do Africano.

Um hino de fraca qualidade musical, confirmou largamente esta posição, afirmando que Angola é nossa! É nossa! É nossa! E não se pode dizer que ele tenha sido confiado aos armazéns das coisas inúteis. Ainda, na noite pávida, alguns eletrofonos continuam a lançar a afirmação musicada, que se pretende seja uma forma encantatória. Sem considerar a irreversibilidade do tempo, como acontece com certos esquizofrénicos²⁰.

De onde podemos concluir que, se a descolonização da consciência dos colonizados decorre da sua percepção da necessidade de se libertarem das grilhetas intoleráveis da opressão, como aconteceu no Brasil²¹, em África e na Ásia, entre os ex-colonizadores ela requer a libertação da falsa consciência da perpetuação da dominação, através do combate a todas as ideologias que a geram e contribuem para a alienação de todos aqueles que sofrem a sua influência e por ela se deixam dominar.

20 MARGARIDO, 1979: 15-16.

21 MOTA, 1982: 49; COUTINHO, 1983a: 11-15; COUTINHO, 1983b: 257-259.

Violência da relação entre colonizadores e colonizados

Na verdade, enquanto não for removida, a falsa consciência dominante não pode deixar de impedir os antigos colonizadores de reconhecer a violência que permanentemente pautou as relações dos portugueses com os povos dos territórios que demandaram e/ou dominaram na Ásia (Índia, Macau, Timor), na América (Brasil) e em África (arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe e Guiné, Angola e Moçambique, no continente). No entanto, basta recordar o terror permanentemente semeado pelas autoridades portuguesas (padronizadas nas figuras dos administradores de circunscrição e dos chefes de posto) entre as populações africanas, para confirmar, de forma inequívoca, a violência quotidiana que dominou a relação entre colonizadores e colonizados²².

Por outro lado, se a escravatura²³, juntamente com o tráfico negreiro plurissecular que a sustentou e a que o trabalho forçado deu continuidade após a abolição formal do regime escravocrata, constituíram duas das manifestações mais evidentes da violência expansionista e colonizadora dos portugueses, a guerra colonial, levada a cabo contra as guerras de libertação nacional em Angola, na Guiné e em Moçambique, entre 1961 e 1974, não lhes ficaria atrás.

Com efeito, para além dos massacres que – no âmbito de ações repressivas contra a resistência das populações colonizadas à opressão e exploração colonial – precederam a deflagração das guerras de libertação nacional (Pidjiguiti, em 1959, na Guiné, Baixa de Kassange, em fevereiro 1961, em Angola e Mueda, em 1960, em Moçambique), importa recordar a dimensão das consequências da violência com que foi levada a cabo a guerra colonial, através da tentativa de quantificação das suas vítimas civis e militares. Apesar da insuficiência da informação respeitante às populações autóctones, tal não impede alguns autores, como é caso de Irene Pimentel, a estimar em, pelo menos, 100 000, o número de mortos africanos, incluindo os que foram vítimas de massacres como os que resultaram da retaliação feroz da insurreição das populações do Norte de Angola que, em meados de Março de 1961, desencadeou a guerra de libertação nacional na colónia e, já nos anos finais da guerra, em 1973, o de Wiryamu, em Moçambique²⁴, a que acresce o êxodo de centenas de milhares de africanos para países vizinhos, como o Congo ex-Belga, onde 388 000 angolanos se refugiaram da guerra e da repressão, entre 1961 e 1966²⁵. Por sua vez, entre os portugueses podem ser contabilizados 8289 soldados mortos e cerca de 15 000 feridos com deficiência física (valor que poderá corresponder ao dobro), a par de 140 000 antigos combatentes afetados pelo *stress* de guerra²⁶.

Acresce referir que, para além das deslocações transfronteiriças de populações refugiadas e de guerrilheiros dos movimentos de libertação para estados vizinhos das colónias portuguesas que lhes serviam de santuário e de ponto de apoio à sua infiltração em territórios sob autoridade portuguesa (Zâmbia, Tanzânia, Congo-Leopoldville e Congo-Brazzaville), também o governo português contribuiu para a internacionalização da guerra, ao procurar obter apoio financeiro e militar e, ao mesmo tempo, reforçar a sua ação repressiva contra a luta de libertação

22 Atmosfera que o escritor Castro Soromenho retratou, de forma exemplar, no episódio do "Homem do algodão" do seu romance *Viragem* (SOROMENHO, 1957: 93-118).

23 Forma extrema de opressão e exploração dos cativos, através da sua despersonalização, dessocialização e dessexualização sistemáticas, condição do estado de descivilização a que os seus proprietários tinham necessidade de os reduzir e a que os escravos sempre resistiram, dentro e fora dos espaços controlados pelos escravocratas, procurando libertar-se e preservar a sua memória social ameaçada pela destruição das suas estruturas familiares e sociais de origem (MEILLASSOUX, 1998: 99-116).

24 PIMENTEL, 2011.

25 PÉLISSIER, 1978: 659.

26 CABRAL, 2008: 68; PIMENTEL, 2011; GUERRA COLONIAL, 1961-1974; PÉLISSIER, 1978: 418-420, 657-660; GOMES; AFONSO, 2009 : vol. 1, 30-35, 43-49 ; vol. 2, 11-16; vol. 14, 55, 61-62; MELO; CAPELA; MOITA et al., 1974: 212-215; HASTINGS, 1974; BENDER, 1980: 216; RAMOS; SOUSA; MONTEIRO, 2012: 679-685, 718-720;

através da sua articulação com as necessidades de defesa dos países de supremacia branca, primeiro com a África do Sul (*Operação Bombaim*) e, mais tarde, também com a Rodésia²⁷. Cooperação que atingiria o seu topo com a assinatura, na capital sul-africana, em outubro de 1970, do acordo designado por *Exercício ALCORA*, com o objetivo declarado de, «investigar os processos e meios de conseguir um esforço coordenado entre Portugal, África do Sul e Rodésia, tendo em vista fazer face à ameaça mútua contra os seus territórios na África Austral», mas a que as mudanças geopolíticas decorrentes da vitória da revolução de 25 de Abril de 1974, em Portugal, e do inevitável fim da guerra colonial e da independência das colónias portuguesas puseram termo²⁸.

Por último, importa recordar que a colonização portuguesa (tal como as demais), nunca deixou de recorrer à violência para tentar assegurar a sua perpetuação, como demonstra a repressão brutal com que sempre procurou prevenir ou pôr termo a todas as tentativas de libertação dos povos escravizados e/ou colonizados.

Como aconteceria no Brasil, com as sucessivas rebeliões dos ameríndios (nomeadamente a da Confederação dos Tamoiós no século XVI) e dos negros (com destaque para o Quilombo de Palmares, extraordinária forma de resistência organizada dos escravos foragidos contra o poder colonial, que, ao longo do século XVII, sobreviveria durante cerca de setenta anos aos assaltos das forças portuguesas). E, sobretudo, após o advento da consciência nacional brasileira decorrente da maturação política do nativismo, em finais do século XVIII, que viria a traduzir-se em diversas conspirações e insurreições contra o poder colonial, que não hesitaria prender, deportar ou executar os seus principais mentores, como José Joaquim da Silva Xavier, o “Tiradentes”, da Inconfidência Mineira de 1789, ou José Faustino dos Santos Lyra, Lucas Dantas e os restantes dirigentes afro-brasileiros da Conjuração Baiana de 1798 (reprimida com particular ferocidade por ter sido protagonizada por uma forte maioria de negros e mestiços, num contexto marcado pelas diversas rebeliões de escravos negros nas Antilhas, especialmente a que, sob a direção de Toussaint Louverture e Dessalines, em São Domingos, conduziria à implantação da primeira república negra do mundo, o Haiti em 1804)²⁹ e, por último, Domingos José Martins e Frei Caneca, dirigentes da Revolução Pernambucana de 1817 (e da República Nordestina, de curta duração, que dela resultou), espécie de ensaio geral que antecipou a conquista definitiva da independência pelo Brasil em 1822³⁰.

De resto, tal como no Brasil, o poder colonial português não hesitou em reprimir as mobilizações e as revoltas nativistas que tiveram lugar nas colónias asiáticas e africanas entre finais do século XVIII e a primeira metade do século XX, culminando na guerra colonial contra as lutas de libertação nacional em África, como já referimos³¹.

Os resultados da “vocação miscigenadora” e da “missão civilizadora” dos portugueses

Entretanto, na prossecução do combate contra a falsa consciência e a inerente sobrevivência do espírito colonial, importa também desmistificar a suposta “vocação miscigenadora” dos colonizadores portugueses inventada por Gilberto Freyre, em que alegadamente se estribaria a sua alegada “missão civilizadora” dos povos que dominou.

Por um lado, observando a evolução da composição étnica do Brasil entre os últimos anos da sua condição de colónia e meados do século XX (com 27% de brancos, 13% de mestiços e 53% de negros em 1818, contra

27 AFONSO, 2013: 111-113.

28 AFONSO, 2013: 113-122.

29 Sobre a revolução de que resultou a implantação da primeira república negra do mundo, o Haiti, e o terror que o risco do seu contágio (haitianismo) inspirou aos escravocratas em geral e aos portugueses e brasileiros ver, em particular, JAMES, 2008; GUIMARÃES, 2002: I, 30-31, 208-209.

30 GUIMARÃES, 2002: I, 12-40.

31 RIVARA, 1875; GUIMARÃES, 2002: I, 57-196.

62%, 27% e 11% de representantes dos mesmos grupos populacionais em 1950), é legítimo concluir que ela evidencia os resultados das sucessivas tentativas de arianização da sua população, levadas a cabo pelas classes dominantes brasileiras (brancos nacionais descendentes dos portugueses)³² ao longo dos séculos XIX e XX, através de violentas campanhas contra os “mulatos” (em que se empenharam figuras como o romancista Euclides da Cunha e o médico Raimundo Nina Rodrigues da Escola Médica da Bahia) e do abandono dos negros à sua sorte após a abolição da escravatura em 1888, recusando-lhes qualquer apoio à sua integração na sociedade capitalista (como demonstrou Florestan Fernandes)³³ e acabando por substituí-los por fortes contingentes de imigrantes brancos de origem europeia (portugueses, italianos, alemães e outros), ao mesmo tempo que viria a ser drasticamente restringida a imigração de não brancos³⁴.

Por outro lado, esquece-se a baixíssima densidade da mestiçagem na maioria das colónias africanas, uma vez que, excetuando os territórios encontrados desabitados e cujo povoamento foi levado a cabo pelos portugueses com recurso a degredados, cristãos-novos e africanos importados do continente (de que resultaria 69,6% e 7,15% de mestiços em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe, respetivamente), nas restantes colónias a população mestiça não ultrapassaria 0,9% do total, em 1950, atingindo 1,1% em Angola, em 1960³⁵, tendendo a aumentar com o afluxo dos fortes contingentes militares europeus envolvidos na guerra colonial desde 1961.

Esquece-se, por último, a exploração e a opressão social e racial que Portugal exerceu sobre milhões de seres humanos da América, da Ásia e de África, sujeitando-os ao trabalho escravo ou forçado, ao obscurantismo, à miséria moral e material, através da sua reificação e, finalmente, procedendo à sua exclusão generalizada da cidadania, com a redução da esmagadora maioria da população autóctone à condição de indígena, completamente desprovida de direitos, apesar da possibilidade legal de assimilação (aquisição da cidadania pelos indígenas depois de reunirem determinados requisitos), como assinala Rui Ramos no trabalho citado. Porém, esquece-se de referir que, no caso português, só a terceira versão do Estatuto do Indigenato, de 1954 – aprovada quase trinta anos depois da primeira (de 1926), após a transformação das colónias em *províncias ultramarinas*, no âmbito da revisão constitucional de 1951 (ditada pela necessidade de adaptação do regime salazarista ao novo contexto internacional do pós-guerra, marcado por uma importante vaga de independências de ex-colónias asiáticas e africanas, o que leva o autor em apreço a afirmar que nessas circunstâncias o “Governo também ‘descolonizou’ – à sua maneira”) – viria a definir no seu próprio articulado os requisitos que os candidatos à assimilação deveriam cumulativamente reunir para poderem aceder à cidadania (em vez de remeter a sua fixação para os governos das colónias, como faziam as versões anteriores³⁶): ter 18 anos; saber ler, escrever e falar fluentemente o português; ser trabalhador assalariado; comer, vestir e ter a mesma religião que os portugueses; manter um padrão de vida e de costumes compatíveis com o modo de estar europeu e, finalmente, não ter cadastro na polícia. Exigências que, num contexto de rígida dominação colonial, dificilmente poderiam ser cumpridas, o que contribuiu para manter os colonizados à mercê do arbítrio das autoridades coloniais, perpetuando a sua exclusão da cidadania³⁷.

32 COUTINHO, 1983: 255.

33 FERNANDES, 1978: 1, 15.

34 BENDER, 1980: 48-50; GUIMARÃES, 2002: I, 48, 226-228.

35 BENDER, 1980: 60-61.

36 Art.º 3.º do Decreto n.º 12533 de 23 de outubro de 1926.

37 O Estatuto do Indigenato viria a ser regulado pelos decretos n.º 12 533, 16 473 e 39 666, de 23 de outubro de 1926, de 6 de fevereiro de 1929 e de 20 de maio de 1954, respetivamente, até à sua revogação pelo decreto-lei n.º 43 893, de 6 de setembro de 1961, sob o impacto da deflagração da guerra de libertação nacional em Angola, como referimos antes (RAMOS; SOUSA; MONTEIRO, 2012: 659, 681).

O que faz cair por terra o tão apregoado carácter “humano” da colonização portuguesa face às demais e a sua legitimação com base na “missão civilizadora” a que supostamente estaria destinada, como decorre do desmentido estrondoso dos seus resultados calamitosos em termos de literacia (mais de 96% de analfabetos nas colónias africanas mais povoadas e de maior dimensão territorial, como Angola e Moçambique e resultados igualmente calamitosos nas restantes), indissociáveis da baixíssima percentagem de “civilizados” (2,27% da população global de Angola, Moçambique e Guiné) em 1950, o que é bem revelador do fracasso da política portuguesa de assimilação dos colonizados³⁸.

Anticolonialismo em Portugal?

Mas se a história das práticas coloniais portuguesas é frequentemente envolvida numa panóplia de memórias legitimadoras, o mesmo tem acontecido com a história da luta contra o colonialismo, a começar pela identificação e caracterização dos seus supostos protagonistas portugueses e africanos.

Se as classes dominantes portuguesas, em qualquer dos regimes políticos em que apostaram (Monarquia, República ou Estado Novo) foram, no essencial, defensoras do colonialismo, independentemente dos seus diferentes setores pretenderem conservar e explorar ou vender todas ou algumas colónias³⁹, o mesmo acabaria por acontecer com a orientação que prevaleceu nos círculos dirigentes do movimento operário organizado, uma vez que as cúpulas do Partido Socialista Português, da maioria do movimento anarquista e do próprio Partido Comunista Português⁴⁰ (até ao V Congresso, em 1957⁴¹) recusaram sistematicamente reconhecer o direito incondicional dos povos dos territórios colonizados por Portugal à autodeterminação e à independência, obrigando as suas elites intelectuais a contar apenas com as suas forças na edificação dos projetos políticos de emancipação nacional dos respetivos países, para o que viriam a criar o Centro de Estudos Africanos, em Lisboa, por iniciativa de Amílcar Cabral, Francisco José Tenreiro e Mário Pinto de Andrade e procurariam utilizar, de forma tão ampla quanto possível, as potencialidades culturais e políticas da Casa dos Estudantes do Império, antes de se verem forçados a refugiar-se no estrangeiro⁴².

Situação que, recordamo-lo, decorreu da ausência de um movimento anticolonial no espaço político português, visto que os que tinham vocação e o dever de o pôr de pé (à luz dos princípios político-ideológicos que alegavam perflhar) recusaram sempre fazê-lo⁴³, sem prejuízo do auxílio circunstancial recebido pelos nacionalistas africanos do PCP, necessariamente avaliado pela oligarquia soviética de que dependia, a qual acabaria por constituir uma das principais fontes de apoio político e material dos movimentos de libertação nacional nas antigas colónias portuguesas⁴⁴.

38 GUIMARÃES, 2006b: 113; MATEUS, 1999: 23.

39 Opção que até a oposição democrática manteria durante o Estado Novo, como recorda Simone de Beauvoir a propósito de uma visita feita a Portugal, na vigência daquele regime: «Um antigo ministro pediu-me para entregar uma carta a Bidault: se ele ajudasse a estabelecer um novo governo cederia Angola à França» (DELGADO, s. d.: 334; BEAUVOIR, 1963: 46; RAMOS; SOUSA; MONTEIRO, 2012: 680; MATEUS, 1999: 80; GUIMARÃES, 2012: I, 18-19, 372-373).

40 Com efeito, o representante da Internacional Comunista no I Congresso do PCP, em 1923, conseguiria evitar (não sem dificuldade) que a defesa da venda de alguns dos territórios coloniais viesse a ser inscrita no programa apresentado pela direção do partido (MARGARIDO, 1975: 91; GUIMARÃES, 2012: I, 531).

41 De facto, só em 1957, o V Congresso do PCP proclamaria o reconhecimento incondicional do direito dos povos das colónias de África, dominadas por Portugal, à imediata e completa independência (PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, 1957; GUIMARÃES, 2012: I, 536).

42 MARGARIDO, 1985: 10-11; MARGARIDO, 1997: 41-44; NETO, 2011: 17-63; GUIMARÃES, 2012: I, 526-541.

43 Como tivemos oportunidade de referir antes, a propósito da necessidade da descolonização das consciências, sem prejuízo das consequências da subordinação do PCP à oligarquia soviética, que, a partir de 1923, subordinou a Internacional Comunista e os partidos comunistas dos diversos países à defesa dos seus interesses políticos e diplomáticos, em detrimento dos objetivos revolucionários que presidiram à sua fundação, em 1919 (GUIMARÃES, 2012: I, 140-213; 529-537).

44 MILHAZES, 2009: 33-90; MILHAZES, 2013: 153-156.

Ao contrário do que aconteceria em França, onde, pelo menos desde a primeira metade do século XX, viria a desenvolver-se uma consciência claramente anticolonialista, traduzida, nomeadamente, nas campanhas de solidariedade internacionalista dos comunistas franceses contra a intervenção imperialista franco-espanhola em Marrocos para pôr termo à jovem República Independente do Rif (proclamada em 1922 pelo revoltoso liderado por Abd-el-Krim), ou no apelo ao boicote da Exposição Colonial de Vincennes (*Ne visitez pas l'Exposition Coloniale!*) lançado em 1931 pelos surrealistas encabeçados por André Breton, Paul Éluard, Benjamin Péret e Louis Aragon, entre outros, postura a que o *Manifesto dos 121* (subscrito em setembro de 1960 por um grande número de intelectuais e artistas liderados por Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir, que se pronunciaram pela defesa do direito dos franceses recusarem pegar em armas contra o povo argelino em guerra pela independência desde 1954) daria continuidade e que seria acompanhado da denúncia da tortura praticada pelo exército francês sobre os combatentes independentistas e seus apoiantes, argelinos ou não, reiteradamente levada a cabo por diversas figuras de renome, com destaque para o grande historiador Pierre Vidal-Naquet, como testemunham as suas obras acerca da repressão colonial⁴⁵.

Ausência que, apesar do reconhecimento formal (embora tardio) do direito à independência das colónias portuguesas, levaria o PCP, sob estrita orientação soviética, a opor-se obstinadamente à criação de um partido comunista em Angola (PCA), como nas restantes possessões africanas, frustrando as aspirações de vários militantes anticolonialistas empenhados na sua fundação em 1955 (com destaque para Viriato da Cruz) e acabando por circunscrevê-los à luta independentista, para o que edificariam o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e organizações nacionalistas de idêntica natureza nos outros territórios sob domínio colonial português⁴⁶.

Disputa do protagonismo da luta anticolonial

Excluído o falso protagonismo dos colonizadores portugueses, militares ou civis, na emancipação dos colonizados através de uma inexistente “descolonização, como já tivemos oportunidade de concluir, importa focar a atenção nos conflitos sobre o papel desempenhado pelas sucessivas gerações de combatentes na luta plurissecular pela emancipação dos seus países. Neste domínio, apercebemo-nos de que, exceptuando, até certo ponto, o Brasil⁴⁷, a maioria dos dirigentes dos movimentos de libertação que conduziram a luta pela emancipação nacional das colónias portuguesas desvalorizou largamente a importância política das gerações que os precederam (continuando a fazê-lo após a independência)⁴⁸, em particular a dos intelectuais nativistas que, de forma pioneira, desencadearam e desenvolveram aquele combate entre finais do século XIX e meados do século XX, “esquecendo” que a sua intervenção, como a das gerações que lhes sucederam, constituiu um elo necessário da cadeia de desenvolvimento do processo de emancipação dos seus países⁴⁹.

Desvalorização, quando não franca hostilidade, que acabaria por se traduzir na deturpação da história da luta de libertação nacional, largamente invadida por memórias legitimadoras da política das elites governantes

45 FERRO, 2003: 688; VIDAL-NAQUET, 1975; VIDAL-NAQUET, 2007; GUIMARÃES, 2012: I, 145, 156-157; BRETON; ÉLUARD; PÉRET *et al.*, 1931.

46 ANDRADE; MESSIANT, 1999: 209-210; PACHECO, 2014: 137-140; GUIMARÃES, 2012: I, 536.

47 Com a evocação do protagonismo político dos dirigentes nativistas das diversas inconfidências e revoluções independentistas, como é o caso de José Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes, na Inconfidência Mineira de 1789, de José Faustino de Santos Lira e de Lucas Dantas, na Inconfidência Baiana (Conjuração dos Alfaiates) de 1798, ou de Domingos José Martins e Frei Caneca na Revolução Pernambucana de 1817, atitude que é contrabalançada por alguma desvalorização da ideia de revolução (MOTA, 1971: 381-387; MOTA, 1989).

48 Como aconteceria na Argélia, onde, a par da luta contra a França, a Frente de Libertação Nacional combateria política e militarmente os partidários de Messali Hadj, e, após a conquista da independência, procuraria apagá-los da memória coletiva, tentando fazer esquecer o seu papel pioneiro no desencadeamento do combate pela independência do seu país desde a terceira década do século XX (STORA, 1998: 152-156; GUIMARÃES, 2012: I, 181).

49 LOPES; LOPES, 1986: XI-XVII; GUIMARÃES, 2002: I, 199; GUIMARÃES, 2012: I, 523-526, 541.

dos países que dela resultaram, ao investi-las de uma protagonização exclusiva ou, pelo menos, determinante daquele combate, como é possível constatar em Cabo Verde, com a marginalização dos nativistas, dos claridosos e dos críticos do regime, como aconteceu com o grande romancista Baltazar Lopes e, em Angola, onde além da obnubilização da geração nativista, têm sido apagados da memória coletiva os dissidentes do MPLA e do regime, como aconteceu com o fundador e primeiro presidente daquele partido, Viriato da Cruz, ou com Mário Pinto de Andrade e muitos outros⁵⁰.

Conclusão

Estas invasões de memórias vinculadas a interesses estranhos à história do colonialismo, assim como da luta para lhe pôr termo, acabam por impedir um efetivo conhecimento do passado por parte de todos os envolvidos neste processo e seus descendentes, impedindo a superação das más heranças do colonialismo, a começar pelo racismo difuso que continua a dominar as relações dos portugueses com o Outro (brasileiro, africano, asiático, etc.).

Heranças que ocupam um leque tão vasto, desde o tratamento discriminatório quotidiano, passando pela prepotência administrativa e policial arbitrária (incluindo a co-responsabilização da exclusão repressiva dos não europeus do espaço Schengen), até à tentativa de utilização da língua portuguesa como força imperial, como oportunamente assinala Alfredo Margarido, recordando que a memória dos seus utilizadores “não pode deixar de trazer para a primeira linha as condições da dominação”⁵¹, corroborando as conclusões do filólogo e historiador brasileiro João Ribeiro, para quem o modo português de utilização da língua soa como uma ordem, enquanto o modo brasileiro soa como um pedido, diferença que este autor atribui às posições antagónicas ocupadas pelos respetivos utilizadores na relação colonial⁵². Hegemonia, que, no entender de Alfredo Margarido, o discurso lusófono atual procuraria manter, dissimulando mas não eliminando os traços brutais da antiga dominação, uma vez que o recurso à língua portuguesa acaba por ser “o elemento central da alienação destinada a manter o escravo no seu lugar de sempre”⁵³.

De onde se conclui que, para as elites portuguesas, os utilizadores da língua portuguesa que não sejam portugueses deverão exaltar a ação destes últimos e renunciar a qualquer operação historicamente crítica, o que, a par da ausência de um pedido de perdão oficial às vítimas das operações colonialistas de Portugal, só pode contribuir para a perpetuação da memória da dominação e do ressentimento e para a inviabilização de um espaço lusófono de livre circulação⁵⁴.

O que contrasta com o reconhecimento, pelo embaixador de França na Argélia em 2005, dos massacres perpetrados pelas autoridades coloniais francesas contra a população argelina de Séfif, quando esta se manifestava reivindicando a independência do seu país, em 8 de maio de 1945, qualificando-os como “tragédia indesculpável”⁵⁵. Reconhecimento que distaria apenas quatro dias da publicação, em França, da lei n.º 2005-158, de 23 de fevereiro de 2005, com o objetivo de obrigar os programas escolares a reconhecer o papel positivo da

50 MARGARIDO, 1980b: 114; OLIVEIRA, 1998: 797-798; LOPES; LOPES, 1986: XIV; PACHECO, 2014: 127-140, 213-216; GUIMARÃES, 2012: I, 525-526.

51 MARGARIDO, 2000: 28-33, 55-79.

52 RIBEIRO, 1933: 7-38.

53 MARGARIDO, 2000: 76-77.

54 MARGARIDO, 2000: 77.

55 VERDIÈRE, 2005; GUIMARÃES, 2012: I, 189.

“presença francesa no ultramar”, nomeadamente na África do Norte (quando estava e ainda está longe de ser concluído o luto da Guerra da Argélia, como demonstrou Benjamin Stora⁵⁶), atentado à História contra o qual se insurgiu um número considerável de historiadores⁵⁷, de cuja mobilização resultaria a fundação de um Comité de Vigilância da Utilização Pública da História e a revogação daquela norma em finais do mesmo ano⁵⁸.

Será que, em Portugal, a inadiável defesa da construção científica da história da colonização e da luta de libertação nacional contra todas as memórias que a deturpam não deverá contar com uma mobilização de idêntica natureza, contribuindo para a descolonização das consciências, ainda demasiado dominadas pelo legado colonial, como revela a sua sobrevivência nas representações sociais e na linguagem quotidiana dos portugueses, mas também dos africanos e dos afro-descendentes⁵⁹?

Eis um desafio para os historiadores!

Fontes

BRETON, André; ÉLUARD, Paul; PÉRET, Benjamin *et al.*, 1931 – *Ne visitez pas l'Exposition Coloniale!*

CABRAL, Amílcar, 2008 – “Memorandum do PAIGC ao Governo português”, in *Documentário (textos políticos e culturais)*. Lisboa: Edições Cotovia.

Diário do Governo. Lisboa, decreto n.º 12 533, 23 de outubro de 1926; decreto n.º 16 4736, fevereiro de 1929; decreto n.º 18 570, 8 de julho de 1930; decreto n.º 39 666, 20 de maio de 1954; decreto-lei n.º 43 893, 6 de setembro de 1961.

Guerra Colonial, 1961-1974. *Baixas Mortos*. Disponível em: <http://www.guerracolonial.org/specific/guerra_colonial/uploaded/graficos/estatisticas/mortos.swf> [consult. 4 de mai. 2015].

Internationale Communiste, 1969 [1934] – “Conditions d’admission des Partis dans l’Internationale Communiste” e “Thèses et additions sur les questions nationale et coloniale”, in *Manifestes, Thèses et Résolutions des Quatre Premiers Congrès Mondiaux de l’Internationale Communiste, 1919-1923. Fac-simile*. Paris: François Maspero, p. 40 e 57-60.

LOPES, Baltasar; LOPES, Manuel, 1986 – “Depoimentos”. *Claridade. Revista de Arte e Letras*. Linda-a-Velha, p. XI-XVII.

MENDES, Clarisse (coord.); SILVEIRA, Cristina; BRUM, Margarida, 2002 – *Programa de História A, 10.º, 11.º e 12.º anos, Curso Científico-Humanístico de Ciências Sociais e Humanas, formação específica*. Lisboa: Ministério da Educação, Departamento do Ensino Secundário.

Partido Comunista Português, 1957 – “Sobre o problema das colónias”, in *Declaração do V Congresso do Partido Comunista Português*.

Partido Comunista Português, 21.6.1924 – *O Comunista*. Lisboa, n.º 21, p. 1

PIMENTEL, Irene, 2011 – *50 anos depois do início das guerras coloniais, alguns dados para avivar a memória*. Disponível em: <<http://jugar.blogs.sapo.pt/2535614.html>> [consult. 17 de abr. 2016].

RIBEIRO, Ana Isabel; NUNES, Adélia Nobre; NUNES, João Paulo Avelãs *et al.*, s.d. – *Metas Curriculares, 2.º Ciclo do Ensino Básico, História e Geografia de Portugal*. S. l.: Ministério da Educação e Ciência.

RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha, 1875 – *A Conjuração de 1787 em Goa e varias cousas desse tempo. Memória histórica*. Nova-Goa: Imprensa Nacional.

56 STORA, 1998: 320-321.

57 LIAUZU, 2005: 28.

58 JOUTARD, 2013: 256.

59 CABECINHAS; CUNHA, 2003: 157-184; CABECINHAS; AMÂNCIO, 2004; CABECINHAS; ÉVORA, 2008: 2685-2706.

SOROMENHO, Castro, 1957 – *Viragem*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

VERDIÈRE, Hubert Colin de, 2005 – *Discours prononcé par M. Hubert Colin de Verdière, Ambassadeur de France en Algérie, à l'Université de Sétif, le 27 février 2005, à l'issue de la cérémonie de signature de la "Convention de partenariat entre l'Université de Clermont-Ferrand et l'Université Ferhat Abbas de Sétif"*. Disponível em: <<http://www.fabriquedesens.net/Discours-d-Hubert-Colin-de>> [consult. 25 de fev. 2015].

Bibliografia

AFONSO, Aniceto, 2013 – “*Exercício Alcora*: Um projecto para a África Austral”, in MENESES, Maria Paula; MARTINS, Bruno Sena (org), 2013 – *As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais: Alianças Secretas, Mapas Imaginados*. Coimbra: Almedina, p. 109-122.

ANDRADE, Mário de; MESSIANT, Christine, 1999 – “Sur la première génération du MPLA: 1948-1960 (Mário de Andrade, entretiens avec Christine Messiant, 1982)”. Lusotopie. Paris, p. 209-210.

BALANDIER, Georges, 1951 – «La situation coloniale: approche théorique». *Cahiers Internationaux de Sociologie*. Paris, vol. 11, p. 44-79.

BEAUVOIR, Simone de, 1963 – *La Force des Choses*, tome 1. Paris: Gallimard.

BENDER, Gerald J., 1980 – *Angola sob o Domínio Português (Mito e Realidade)*. Lisboa: Sá da Costa.

CABECINHAS, Rosa; AMÂNCIO, Lígia, 2004 – “Dominação e exclusão: representações sociais sobre minorias raciais e étnicas”, in *Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção* (Actas do V Congresso Português de Sociologia, 12-15 de maio de 2004). Braga: Universidade do Minho. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1987/1/rcabecinhas_lamancio_CPS_2004.pdf> [consult. 25 de fev. 2015].

CABECINHAS, Rosa; CUNHA, Luís, 2003 – “Colonialismo, identidade nacional e representações do ‘negro’”. *Estudos do Século XX. Colonialismo, Anticolonialismo e Identidades Nacionais*. Coimbra, n.º 3, p. 157-184.

CABECINHAS, Rosa; ÉVORA, Silvino Lopes, 2008 – “Visões do Mundo e da Nação: jovens cabo-verdianos face à História”, in MARTINS, Moisés de Lemos; PINTO, Manuel (org.) – *Comunicação e Cidadania* (Actas do 5.º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, 6-8 setembro de 2007). Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, p. 2685-2706.

CASTELO, Cláudia, 1998 – “*O Modo português de estar no mundo*”. *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa*. Porto: Afrontamento.

CASTRO, Ferreira de, 1923 – *Sangue negro*. Lisboa: Biblioteca “A Hora”.

CASTRO, Ferreira de, 2004 – “Ecos da Semana, a Arte, a Vida e a Sociedade”, in *A Batalha (1924-1926)*. Lisboa: Cadernos d’A Batalha.

COUTINHO, Afrânio, 1983a – “Introdução: O Processo da Descolonização”, in *O Processo da Descolonização Literária*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, p.11-15.

COUTINHO, Afrânio, 1983b – “Somos Latinos?”, in *O Processo da Descolonização Literária*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, p. 257-259.

DELGADO, Humberto, s.d. – *Memórias*. Lisboa: Edições Delfos.

Falsa Consciência (A). Lisboa: Guimarães & C.ª Editores, p. 7-31.

FERNANDES, Florestan, 1978 – *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Editora Ática, 2 volumes.

FERREIRA, José Medeiros, 1993 – “A Descolonização: Seu processo e consequências”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal. Portugal em transe*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. VIII, p. 53-103.

- FERRO, Marc, 2003 – *Le Livre noir du colonialisme XVIe-XXIe siècle: de l'extermination à la repentance*. Paris : Hachette Littératures/Éditions Robert Laffont.
- FREYRE, Gilberto, 1940 – *O mundo que o Português criou*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- GOMES, Carlos de Matos; AFONSO, Aniceto, 2009 – *Os Anos da Guerra Colonial*, volumes 1, 2, 14. Matosinhos: Quidnovi.
- GUIMARÃES, José António Nobre Marques, 2002 – *A Difusão do Nativismo em África: Cabo Verde e Angola – Séculos XIX e XX*. Lisboa. (Dissertação de Mestrado em História de África apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). 2 volumes.
- GUIMARÃES, José António Nobre Marques, 2012 – *Intelectuais africanos no espaço político português. Desenvolvimento da sua intervenção nativista entre finais do século XIX e meados do século XX – O caso de Cabo Verde*. Lisboa. (Tese de Doutoramento em História, na especialidade de História Contemporânea, apresentada à Universidade Aberta). 2 volumes.
- GUIMARÃES, José Marques, 2006a – “Memória do colonialismo”. *A Página da Educação*. Porto, ano XV, n.º 157, p. 30.
- GUIMARÃES, José Marques, 2006b – *A Política “Educativa” do Colonialismo Português em África. Da I República ao Estado Novo (1910-1974)*. Porto: Profedições.
- HASTINGS, Adrian, 1974 – *Wiriyamu*. Porto: Afrontamento.
- HEIMER, Franz Wilhelm, 1980 – *O Processo de Descolonização em Angola, 1974-1976*. Lisboa: Edições A Regra do Jogo.
- JAMES, C. L. R., 2008 – *Les jacobins noirs: Toussaint Louverture et la Révolution de Saint-Domingue*. Paris: Éditions Amsterdam.
- JOUTARD, Philippe, 2013 – *Histoire et mémoires, conflits et alliance*. Paris: Éditions La Découverte.
- LE GOFF, Jacques, 1988 – *Histoire et mémoire*. Paris: Éditions Gallimard.
- LIAUZU, Claude, 2005 – “Une loi contre l’histoire”. *Le Monde Diplomatique*. Paris, n.º 613, p. 28.
- MARGARIDO, Alfredo, 18 dez.1985 – “A edição pirata da poesia negra de expressão portuguesa falsifica a história da resistência africana”. *África Jornal*. Lisboa, p. 10-11.
- MARGARIDO, Alfredo, 1975 – *A Introdução do marxismo em Portugal (1850-1930)*. Lisboa: Guimarães & C.ª Editores.
- MARGARIDO, Alfredo, 1979 – “Prefácio do Tradutor”, in GABEL, Joseph, *A Falsa Consciência*. Lisboa: Guimarães & C.ª Editores, p. 7-31.
- MARGARIDO, Alfredo, 1980a – “Das várias maneiras de ver e de não ver a colonização”, in *Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, p. 5-31.
- MARGARIDO, Alfredo, 1980b – “A ausência de literaturas africanas de expressão portuguesa nos estudos especializados”, in *Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, p. 105-120.
- MARGARIDO, Alfredo, 1997 – “Uma ilha africana na Duque d’Ávila”, in *Mensagem*. Lisboa: Associação Casa dos Estudantes do Império, p. 41-44.
- MARGARIDO, Alfredo, 2000 – *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- MATEUS, Dalila Cabrita, 1999 – *A Luta pela Independência – A Formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Mem Martins: Editorial Inquérito.
- MAXWELL, Kenneth, 1985 – “As Colónias Portuguesas e a sua Descolonização”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Lisboa, n.º 15/16/17, p. 529-547.
- MEILLASSOUX, Claude, 1998 – *Anthropologie de l’esclavage*. Paris: PUF.
- MELO, António; CAPELA, José; MOITA, Luís; PEREIRA, Nuno Teotónio, 1974 – *Colonialismo e Lutas de Libertação (7 cadernos sobre a guerra colonial)*. Porto: Afrontamento.

- MEMMI, Albert, 1974 – *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador*. Lisboa: Mondar Editores.
- MILHAZES, José, 2009 – *Angola – O Princípio do Fim da União Soviética*. Lisboa: Nova Vega.
- MILHAZES, José, 2013 – *Cunhal, Brejnev e o 25 de Abril*. Alfragide: Publicações D. Quixote.
- MOTA, Carlos Guilherme, 1971 – “Brasil, A ideia de revolução no”, in SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Iniciativas Editoriais, vol. IV, p. 381-387.
- MOTA, Carlos Guilherme, 1982 – *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo: Editora Perspectiva, S. A.
- MOTA, Carlos Guilherme, 1989 – *Ideia de Revolução no Brasil (1789-1801)*. São Paulo: Cortez Editora.
- NETO, António Alberto, 2011 – *Contribution à l'étude du mouvement ouvrier angolais dans le processus de libération nationale*. Luanda: Livraria Kiazela.
- OLIVEIRA, João Nobre de, 1998 – *A Imprensa Cabo-Verdiana 1820-1975*. Macau: Fundação de Macau.
- OLIVEIRA, Mário António Fernandes de et al. (org), 1979 – *A Descolonização Portuguesa: Aproximação ao seu estudo*, vol. 2. Aveiro: Instituto Democracia e Liberdade.
- PACHECO, Carlos, 2014 – *Angola, um gigante com pés de barro (e outras reflexões sobre a África e o Mundo)*. Lisboa: Nova Vega.
- PÉLISSIER, René, 1978 – *La Colonie du Minotaure – Nationalismes et Révoltes en Angola (1926-1961)*. Orgeval: Edition Pelissier.
- RAMOS, Rui (coord.); SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, 2012 – *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- RIBEIRO, João, 1933 – *A Língua Nacional. Notas aproveitáveis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- STORA, Benjamin, 1998 – *La gangrène et l'oubli. La mémoire de la guerre d'Algérie*. Paris: Éditions La Découverte & Syros.
- VIDAL-NAQUET, Pierre, 1975 – *Les crimes de l'armée française*. Paris: Librairie François Maspero.
- VIDAL-NAQUET, Pierre, 2007 – *La Torture dans la République (1954-1962)*. Paris: Les Éditions de Minuit.